

DESPACHO

Recebemos os presentes conforme laudas que antecedem este despacho. Processo devidamente instruído com Memorando nº 035/2024-ASCOM/COSAMA, Termo de Referência nº 033/2024 – GTI/DAF/COSAMA, Pedido de Compra de Material nº 9103, propostas apresentadas por empresas atuantes no mercado, Mapa Comparativo de Preços e Atestado emitido pela Gerência Contábil – GECONT.

O processo em questão trata de **aquisição de 01 (um) notebook, para atender às necessidades da Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA**, conforme informações e demais especificações constantes do Processo nº **01.05.043501.005655/2024-16**.

Conforme esclarecido nos autos, a aquisição do objeto visa atender à necessidade do setor de Assessoria e Comunicação da Companhia, o qual enfrenta desafios relacionados à agilidade e eficiência na produção e edição de conteúdos audiovisuais, em razão das demandas externas.

Conforme Memorando nº 035/2024-ASCOM/COSAMA, a aquisição do equipamento visa proporcionar maior agilidade na edição de vídeos e na criação de conteúdo audiovisuais e gráficos, atendendo às demandas da Companhia com mais qualidade e em tempo real, especialmente durante a cobertura de eventos externos, além de otimizar os processos e garantir maior flexibilidade nas atividades externas.

A área demandante informa que o notebook a ser adquirido deve ser potente, considerando que a produção de vídeos e artes visuais exige o uso de softwares especializados, demandando um equipamento com especificações adequadas para garantir a qualidade compatível com os padrões exigidos pelo setor.

Posto isso, é sabido que a realização de Licitação é regra e a não-licitação é exceção, sendo que as exceções são os casos de Dispensa e de Inexigibilidade estão previstos nos artigos 29 e 30 da Lei Federal nº 13.303/2016 e art. 123 a 125, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSAMA - RILC.

Entretanto, a licitação poderá ser dispensada quando a conveniência administrativa, aliada ao interesse específico da estatal, são enquadráveis nas previsões do art. 29 da Lei nº 13.303/2016 e Art. 123, II, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSAMA - RILC.

Dessa maneira, cabe destacar que, segundo o Mapa Comparativo de Preços nº 100/2023, a empresa que apresentou a proposta de menor preço para o objeto



pedido foi a **CELSON AZEVEDO LOPES SERVICOS (JIREH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA E ELETRÔNICA)**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.890.344/0001-81.

Assim, observadas as formalidades legais, considerando que a proposta do fornecedor que apresentou o **menor preço**, qual seja **R\$ 11.349,90 (onze mil, trezentos e quarenta e nove reais e noventa centavos)**, atende as especificações técnicas exigidas pela área demandante, entendemos que não há impedimento legal e administrativo para a **CONTRATAÇÃO DIRETA**, fundamentada no inciso II do Art. 29 da Lei 13.303/2016 – Lei das Estatais.

Diante do acima exposto, em observância ao interesse da Administração com arrimo no princípio da economicidade, celeridade e eficiência, esta Comissão entende que a contratação em questão poderá realizar-se por meio da empresa **CELSON AZEVEDO LOPES SERVICOS (JIREH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA E ELETRÔNICA)**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.890.344/0001-81, pelo valor global de **R\$ 11.349,90 (onze mil, trezentos e quarenta e nove reais e noventa centavos)**, a qual é atuante do mercado local e está apta para ser contratada conforme verifica-se pelas certidões de habilitação acostadas as folhas seguintes.

Por fim, esta Comissão Permanente de Licitação sugere que em caso de nova contratação do mesmo objeto em referência, de forma a não infringir disposição legal acerca da dispensa de licitação pelo valor, deverá realizar-se por meio de procedimento licitatório comum.

Manaus, 18 de novembro de 2024.

PALLOMA CARDOSO DA SILVA
Membro da CPL

TAMMY TELLES LIMA DA SILVA
Presidente da CPL

